

Oposição aumenta pressão para criar CPI

Anamaria Rossi e Francisco Câmara
de Brasília

A oposição aproveitou o acirramento da briga do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com o governo e o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), e voltou a insistir na criação da CPI da Corrupção. Os líderes dos partidos de oposição se reuniram ontem e decidiram envolver a sociedade civil para pressionar o Congresso, especialmente para investigar o envolvimento do ex-secretário geral da Presidência da República Eduardo Jorge no desvio de recursos da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo. ACM já se adiantou e afirmou que vai assinar a favor da CPI.

O governo reagiu rápido e colo-

cou a sua base governista para voltar a investigar o caso Eduardo Jorge. A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidido pelo senador governista Romero Jucá (PSDB-RR), vai analisar todos os pedidos de informações de denúncias contra o ex-secretário da Presidência.

O líder do bloco da oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), não acredita no trabalho da CFC, que é controlada por partidos aliados ao governo. Ele lembrou que as investigações estão paradas desde o final do ano passado. O relator do caso do ex-secretário, Ney Suassuna

(PMDB-PB), afirmou que nenhum dos 20 depoimentos solicitados por ele foi marcado por Romero Jucá. "A culpa não é minha", disse Suassuna, que afirmou que vai investigar as denúncias contra Eduardo Jorge

se ele assumir a presidência da CFC. Paralelamente à articulação da base governista, o ex-secretário enviou ontem para o Senado a sua movimentação bancária de 1994 e 1998.

Para assegurar a criação da CPI, o líder do PT na Câmara, deputado Walter Pinheiro (BA), disse que a oposição vai envolver a sociedade

civil para pressionar os parlamentares da base de apoio do governo. A CPI pretende investigar o caso de Eduardo Jorge, as denúncias de ACM contra o governo e o suposto envolvimento de Jader Barbalho nos desvios no Banco do Estado do Pará (Banpará).

Os partidos de oposição passarão a dedicar ao assunto parte do seu tempo de propaganda gratuita na TV. "E vamos procurar, ainda esta semana, entidades como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, além dos sindicatos mais importantes e de nomes da sociedade civil", informou Walter Pinheiro.

O governo reagiu rápido e pôs seus aliados para reavaliar o caso Eduardo Jorge na Comissão de Fiscalização do Senado